

PROCESSO TCE N° 124.257

ENTIDADE: Secretaria de Estado da Gestão Administrativa

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa, exercício 2016.

RESPONSÁVEL: Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 11.662/2019

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA DE ESTADO. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. REGULARIDADE. Constatada a regularidade das contas apresentadas, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. SAWANA LEITE DE SÁ PAULO CARVALHO**, considerando-a **REGULAR**; **2) ENVIAR NOTIFICAÇÃO** à Gestora da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO** para conhecimento do teor da presente decisão, especificamente sobre a necessária observância ao previsto no artigo 61, da Lei n. 8.666/93 e **3) REMETER** os autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 19 de dezembro de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 124.257

ENTIDADE: Secretaria de Estado da Gestão Administrativa

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa, exercício 2016.

RESPONSÁVEL: Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. SAWANA LEITE DE SÁ PAULO CARVALHO**¹.
2. Em 28 de abril de 2017, por meio do Ofício SGA/DIORF n. 52, as contas foram enviadas eletronicamente a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *g*², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 02) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, após diligências, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares, com ressalvas**, as contas apresentadas pela então **SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA** - fls. 83/98.
4. Após a citação (fls. 103/104), realizada por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 1.156, de 08 de agosto de 2019, foi oferecida defesa (fls. 112/126), tendo a 1ª

¹ Secretária de Estado durante o exercício;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

g) Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado, Defensor Público Geral, Vice-Governador, Chefe do Gabinete Civil, Chefe do Gabinete Militar, Comandante do Corpo de Bombeiros e Comandante da Polícia Militar;

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO emitido Relatório Técnico Complementar (fls. 133/136), considerando regular, com ressalva, a prestação de contas em análise.

5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de seu i. Procurador Dr. João Izidro de Melo Neto, se manifestou pela regularidade, com ressalva das contas apresentadas, valendo como ressalva a publicação intempestiva dos Extratos de Contrato e Termo Aditivo relativos aos Contratos n.^{os} 04/2015 e 14/2015 (fls. 141/142).

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 19 de dezembro de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 124.257

ENTIDADE: Secretaria de Estado da Gestão Administrativa

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa, exercício 2016.

RESPONSÁVEL: Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. SAWANA LEITE DE SÁ PAULO CARVALHO**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo II do Manual de Referência, 3ª edição);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, ressaltando-se que houve a indicação do profissional da área de contabilidade, SR. EDUARDO ALVES MAIA NETO,

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados, regularmente inscrita no respectivo Conselho⁵;

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**, ressaltando-se, ademais, que tal relatório está em consonância com o demonstrado no Balanço Orçamentário;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2015, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.098, de 29-12-2015, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 1.353.850.274,31 (um bilhão trezentos e cinquenta e três milhões oitocentos e cinquenta mil duzentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos)⁶, após anulações e suplementações⁷ atingiu o montante de R\$ 952.531.722,81 (novecentos e cinquenta e dois milhões quinhentos e trinta e um mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos);

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

e.1) o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, demonstra que a receita arrecadada foi inferior à despesa empenhada (R\$ 938.912.354,65), sendo necessário esclarecer que, conforme verificado na conta “Transferências para Execução Orçamentária”, houve o recebimento do montante de R\$ 974.309.705,62 (novecentos e setenta e quatro milhões trezentos e nove mil setecentos e cinco reais e sessenta e dois centavos),

⁵ Art. 10 O arquivo contendo a remessa mensal de dados deverá ser assinado digitalmente pelo titular dos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, bem como profissional responsável pela contabilidade e controlador interno.

§ 1º Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como o número de seu registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

⁶ Ao desconsiderar os valores de R\$ 304.966.133,31 (trezentos e quatro milhões novecentos e sessenta e seis mil cento e trinta e três reais e trinta e um centavos), relativos ao FUNDES - Folha de Pagamento de Pessoal Saúde e R\$ 1,00 (um real), referente ao Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Acre (fl. 17), restou o montante de R\$ 1.048.884.139,32 (um bilhão quarenta e oito milhões oitocentos e oitenta e quatro mil cento e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), exatamente o mesmo valor apresentado na conta Previsão Inicial - do Balanço Orçamentário (fls. 3/4) e no Demonstrativo da Despesa por Órgãos (fl. 17).

⁷ Créditos Suplementares: R\$ 172.445.632,67

Anulações: R\$ 268.798.049,18;

Processo TCE n. 124.257 (Acórdão n. 11.662/2019/Plenário)

gerando um *superavit* de R\$ 35.397.350,97 (trinta e cinco milhões trezentos e noventa e sete mil trezentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos);

e.2) quanto ao **BALANÇO FINANCEIRO**, refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que foi confirmado o saldo evidenciado de R\$ 1.768.112,82 (um milhão setecentos e sessenta e oito mil cento e doze reais e oitenta e dois centavos);

e.3) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL**, evidenciou o patrimônio do órgão, apresentando um saldo de R\$ 24.720.755,89 (vinte e quatro milhões setecentos e vinte mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), tendo sido encaminhado o inventário de bens móveis, em atendimento aos artigos 94 a 96, da Lei n. 4.320/64 e Anexo II, item XIV, do Manual de Referência (3.ed.) constante na Resolução-TCE n. 87/2013;

e.4) prosseguindo, a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que a diferença entre a variação patrimonial aumentativa (R\$ 982.466.129,47) e a diminutiva (R\$ 952.345.528,65) foi de R\$ 30.120.600,82 (trinta milhões cento e vinte mil seiscentos reais e oitenta e dois centavos);

f) no tocante ao **DEMONSTRATIVO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**, foi encaminhado de acordo com o previsto no item VII, do Anexo II da Resolução-TCE n. 87/2013⁸, tendo sido analisados 05 (cinco) avenças, por amostragem (n.ºs 008/2016, 007/2016, 05/2014, 04/2015 e 14/2015 - fl. 89), tendo sido detectado pela área técnica que nos

⁸ Demonstrativo de licitações e contratos, inclusive dos celebrados em exercícios anteriores cuja vigência e execução alcancem a vigência da prestação de Contas, contendo:

- a) número do contrato e do diário oficial em que foi publicado;
- b) empresa contratada;
- c) modalidade da licitação;
- d) número da licitação, dispensa e inexigibilidade e do diário oficial em que foi publicada;
- e) objeto;
- f) valor contratado;
- g) valor aditivado;
- h) valor executado do exercício; i) valor acumulado;
- j) início e fim da vigência;
- k) fonte de recursos;
- l) justificativa;
- m) elemento de despesa.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Contratos n.ºs 005/2014, 04/2015 e 14/2015⁹, a publicação de seus extratos se deu em desacordo com o previsto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93¹⁰. Analisando detidamente, verifica-se que os contratos não foram firmados no exercício em análise e, portanto, não poderiam influir no julgamento dessas contas, mas verificando as datas de assinatura e publicação, constata-se que houve desobediência ao sobredito artigo apenas na publicação do Termo Aditivo ao Contrato n. 04/2015¹¹, pois segundo Marçal Justen Filho¹²:

Nos casos normais, a publicação na imprensa é condição suspensiva da eficácia do contrato. **A lei determina que a publicação deverá ocorrer no prazo de 20 dias contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura.** A Administração tem o dever de promover a publicação dentro desse prazo. Nada impede que o faça em prazo menor, até pelo interesse em que os prazos contratuais iniciem seu curso imediatamente. E se o fizer em prazo superior? O descumprimento a esse prazo não vicia a contratação, nem desfaz o vínculo. Acarreta a responsabilidade dos agentes administrativos que descumpriram tal dever e adia o início do cômputo dos prazos contratuais. (destaquei)

Ademais, a intempestividade da publicação não trouxe prejuízos ao erário, até porque ocorreu durante a vigência do contrato e não demonstrada nos autos se a Gestora praticou algum ato irregular durante o período que o Contrato ainda não estava em vigor.

g) no que diz respeito aos DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS RECEBIDOS, CONCEDIDOS, DAS OBRAS CONTRATADAS, DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS e DAS DIÁRIAS,

⁹ Firmados com as pessoas jurídicas Liderança Serviços Ltda – EPP, Auto Posto Ale V Ltda. e M. R. C. de Lima – ME, respectivamente;

¹⁰ Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

¹¹

CONTRATO	OBJETO	ASSINATURA	PRAZO DE PUBLICAÇÃO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA
05/2014 – 1º Aditivo	Serviços de terceirizados, de forma indireta contínua	22-01-2015	26-02-2015	13-02-2015	25-02-2016
3º Aditivo		24-02-2017	28-03-2017	17-03-2017	25-02-2018
04/2015	Aquisição de combustível “gasolina comum, diesel comum e diesel S10”	26-01-2015	26-02-2015	23-02-2015	26-01-2016
1º Aditivo		31-12-2015	28-01-2016	23-02-2016	31-12-2016
14/2015	Prestação de serviço de transporte com e sem condutor	30-06-2015	27-07-2015	13-07-2015	30-06-2016

¹² Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15.ed., 2012, São Paulo: Dialética, p. 867; Processo TCE n. 124.257 (Acórdão n. 11.662/2019/Plenário)

foram apresentados de acordo com o previsto nos itens VIII a XII, do Anexo II, da Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência, 3ª edição), tendo sido esclarecida a falha detectada na concessão de diária no exercício em análise;

h) por fim, no que diz respeito ao **PARECER** emitido pelo controle interno da unidade, foi atendido o previsto no item XVII do Anexo II da Resolução-TCE n. 87/2013¹³;

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93¹⁴, pela:

3.1 APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. SAWANA LEITE DE SÁ PAULO CARVALHO**, considerando-a **REGULAR**;

3.2 REMESSA de NOTIFICAÇÃO à Gestora da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO para conhecimento do teor da presente decisão, especificamente sobre a necessária observância ao previsto no artigo 61, da Lei n. 8.666/93;

3.3 REMESSA dos autos ao ARQUIVO, após as formalidades de estilo.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 19 de dezembro de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

¹³ "XVI - Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo setor de controle interno, com a demonstração da ciência do gestor, abordando no mínimo os seguintes pontos:

a. relatório da gestão financeira, patrimonial e orçamentária;
b. descrição analítica das atividades e da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual do ente, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas;
c. certidão de auditoria, bem como a informação quanto a existência de qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;"

¹⁴ Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;

Processo TCE n. 124.257 (Acórdão n. 11.662/2019/Plenário)